

EDITORIAL

Editorial da RACEF - Volume 7, Número 3, 2016

Edição Especial da Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace (RACEF): Governança e Sustentabilidade

Esta Edição Especial da RACEF é dedicada ao tema “**Governança e Sustentabilidade**”. Considerando a importância atual do tema Desenvolvimento Sustentável, o objetivo deste número é divulgar artigos que promovam a produção de conhecimento nas mais diversas áreas de governança e sustentabilidade.

Foram contempladas contribuições nas temáticas: agricultura familiar, responsabilidade social, empreendedorismo sustentável, gestão de resíduos, padrões contábeis, políticas públicas, direito ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável.

Temos 12 artigos, num total de 31 autores de 12 instituições diferentes, abrangendo oito estados, com estudos que envolvem todas as regiões do Brasil. Os artigos aprovados compõem uma variada abordagem sobre sustentabilidade, contemplando amplamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Neste número observam-se três grupamentos de áreas, contendo quatro artigos em cada: **práticas sustentáveis, gestão pública e diretrizes para a sustentabilidade**.

Dentro da temática **práticas sustentáveis**, o primeiro artigo é “Sustentabilidade em pequenas propriedades rurais de base familiar: o caso de Campo Novo – RS”, de Jéssica Thalleimer Aguiar e Lorimar Francisco Munaretto. Neste artigo, o leitor irá observar que a maioria dos agricultores familiares deste município pratica o controle de energia, de água, de coleta seletiva de lixo, sistema de esgoto e mata nativa nas propriedades.

Um outro artigo desta temática é o “Inter-relação entre empreendedorismo sustentável e a base da pirâmide: estudo de caso na região Amazônica”, de autoria de Rodrigo Luiz Morais-da-Silva, Thálita Anny Estefanuto Orsiolli e Farley Simon Nobre, que teve o propósito de identificar os benefícios econômicos, sociais e ambientais gerados a partir da inter-relação entre a base da pirâmide e empreendimentos sustentáveis.

Ainda sobre práticas sustentáveis apresentamos o artigo intitulado “Práticas e indicadores de sustentabilidade em incubadoras de empresa: um estudo no estado de São Paulo”, tratando de como

a sustentabilidade tem sido considerada nas decisões gerenciais e ações cotidianas das incubadoras, assim como a adoção de indicadores da responsabilidade socioambiental por elas. Os autores são Carolina Cristina Fernandes, Bruno Giovanni Mazzola, Karen Esteves e Moacir de Miranda Oliveira Jr.

Já o artigo “*Highlighting occupational health and safety (OHS) practices in manufacturing area: a bibliography review*” realiza uma análise da literatura, demonstrando a relação de importância das práticas de OHS com práticas operacionais, tais como qualidade, integração com clientes, aspectos de liderança e de tecnologia. Os autores Leonardo Caixeta de Castro Maia, Daniel Masini Espindola e Cristiano Henrique A. da Veiga apresentaram as principais capacidades que as empresas devem desenvolver para reduzir os riscos sociais.

O segundo grande tema que encontramos nesta edição especial é relacionado à **gestão pública**. Aqui destacamos o artigo “A coprodução de serviço público na reciclagem de resíduos sólidos: estudo no município de Florianópolis”, de autoria de Fernando Amorim da Silva, Alessandra Knoll e Luis Moretto Neto, que analisou as relações entre a empresa municipal que coleta os resíduos sólidos, uma associação de catadores e uma empresa privada que adquire parte desse material.

O artigo “A contribuição dos novos padrões contábeis para a governança corporativa do setor público brasileiro”, das autoras Gêssica Cappellessio, Lílian Mendes Figueiredo e Diana Vaz de Lima, discute a contribuição dos novos padrões contábeis – NBCASP, MCASP e IPSAS – para as práticas de governança corporativa no setor público brasileiro e apresenta que ao estabelecer regras e conceitos sobre os registros, classificações, planejamento, controle, elaboração e divulgação de informações, os novos padrões contábeis contribuem positivamente para os mecanismos e princípios de governança preconizados pelo TCU e pela IFAC.

O estudo de Marina Kolland Dantas, Lilian Ribeiro de Oliveira e Cláudia Souza Passador, intitulado “Análise das políticas públicas ambientais e de saúde no Brasil: avanços, desafios e oportunidades”, trata sobre o histórico de construção das políticas públicas ambientais e de saúde no Brasil, identificando similaridades e diferenças a fim de gerar um panorama comparativo dos avanços, desafios e oportunidades entre as áreas.

Ainda com foco na gestão pública, o artigo “Compras públicas sustentáveis: uma revisão sistemática da pesquisa brasileira”, de autoria de Andrea Cecília Soares Rosset e Andrew Beheregarai Finger, apresenta uma reflexão da produção científica em Compras Públicas e o foco dado para as compras sustentáveis, constatando que, apesar de escassas, o número de publicações na área vem crescendo.

A temática **diretrizes para a sustentabilidade** se inicia com o artigo “Desenvolvimento Sustentável no Estado de Direito Ambiental”, de Priscila da Mata Cavalcante. Este ensaio teórico propõe uma breve digressão no discurso do desenvolvimento sustentável e sua leitura a partir do pensamento complexo. O estudo aprecia os dois pilares nos quais se deve basear o desenvolvimento sustentado, no Estado de Direito Ambiental e nos Princípios Constitucionais Republicanos e Democráticos.

Nesta temática também se insere o trabalho “A adesão do mercado segurador brasileiro aos princípios para sustentabilidade em seguros – PSI”, de Joceli Aparecida Pereira, que buscou investigar a inter-relação entre os quatro Princípios para Sustentabilidade em Seguros - PSI e as quatro metas propostas pela Comissão de Sustentabilidade com as ações descritas no Relatório de Responsabilidade Social e Sustentabilidade do Mercado Segurador Brasileiro. As análises demonstraram que as seguradoras têm se preocupado com as questões de sustentabilidade, pois

percebem que práticas sustentáveis garantem a mitigação dos riscos, aumento da lucratividade do segmento e conseqüentemente longevidade da empresa.

Outro artigo desse grupo focado nas diretrizes para a sustentabilidade é de autoria de Frederico Eugênio Fernandes Filho e Geraldo Jose Ferraresi de Araujo, intitulado “Normativos federais e estaduais reguladores da destinação da vinhaça no Brasil: uma proposta de nova abordagem”. Nesse artigo, os autores mostram que embora haja uma série de regulamentos que prevejam, limitem ou proíbam a destinação do resíduo, não há estabelecimento de diretrizes a criação de políticas públicas, de longo prazo, de incentivo ao aproveitamento do resíduo.

Fechamos esta edição com o artigo “Formação Integrada para Sustentabilidade: impactos e caminhos para transformação” focado nos princípios da educação executiva responsável do *PRME – Principles for Responsible Management Education*. Este artigo, de Ana Carolina Pires Aguiar, Fernanda Carreira, Vicente Lourenço de Góes e Mario Prestes Monzoni Neto, traz a experiência pioneira da criação de uma disciplina dentro de uma escola de negócios, apontando os insights sobre as possibilidades de transformação individual que um espaço de experimentação livre pode permitir, assim como os desafios encontrados neste processo.

Esperamos que a qualidade dos artigos selecionados contribua para o seu aprendizado e para o desenvolvimento de novos conhecimentos para a consecução da Agenda 2030.

Tenham todos uma excelente leitura!

Adriana Cristina Ferreira Caldana

Norman de Paula Arruda Filho

Sonia Valle Walter Borges de Oliveira

Editores convidados

Janaina de Moura Engracia Giraldi

Editora-chefe da RACEF